

ARTIGOS LIVRES

DAS PALAVRAS AOS NÚMEROS: FORMAÇÃO CIENTÍFICA E METODOLÓGICA DA CIÊNCIA POLÍTICA NO SÉCULO XX

*FROM WORDS TO NUMBERS: SCIENTIFIC
AND METHODOLOGICAL FORMATION OF
POLITICAL SCIENCE IN THE 20TH CENTURY*

Enzo Lenine * 

* Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de Ciência Política, Salvador, BA, Brasil.
E-mail: lenine@ufba.br

RESUMO

Como uma disciplina de tradição humanística transformou-se, ao longo do século XX, em uma ciência de caráter newtoniano? Neste artigo, recupero a história da disciplina de ciência política sob a óptica dos seus desenvolvimentos teóricos e metodológicos, nomeadamente no que tange à formalização matemática e estatística. Esses processos permitiram a consolidação da disciplina sob um determinado entendimento de ciência (mais próximo das ciências newtonianas), ao passo que incorporaram a complexidade dos fenômenos políticos na pesquisa acadêmica. Esse legado persiste até a contemporaneidade sob novas roupagens, especialmente dentro do paradigma neoinstitucional e nas interfaces com outras disciplinas, como a psicologia cognitiva, a economia comportamental e a ciência dos sistemas complexos.

Palavras-chave: História da Ciência Política; Metodologia Política; Modelos Formais; Neoinstitucionalismo.

ABSTRACT

How did a discipline with a humanistic tradition become a science with a Newtonian character throughout the 20th century? In this article, I trace the history of the discipline of political science from the perspective of its theoretical and methodological developments, namely in respect to its mathematical and statistical formalization. These processes allowed for the consolidation of the discipline under a certain understanding of science (one that is closer to the Newtonian sciences), whilst incorporating the complexity of political phenomena in academic research. This legacy persists to the present day under new guises, especially within the neoinstitutional paradigm and on the interfaces with other disciplines, such as cognitive psychology, behavioral economics and the science of complex systems.

Keywords: History of Political Science; Political Methodology; Formal Models; Neoinstitutionalism.

INTRODUÇÃO

A ciência política adentra o século XXI com um largo acumulado histórico de desenvolvimento científico. Embora as discussões sobre as coisas da pólis remontem à Antiguidade Clássica da Hélade e do Império Romano, foi no fim do século XIX e no início do XX que a disciplina da política se consolidou como área do conhecimento autônoma e, principalmente, como ciência (ALMOND, 1998; GOODING e KLINGEMANN, 1998; SOMIT e TANNEHAUS, 1976). Essa transformação – que ocorreu de forma lenta ao longo dos séculos – exigiu que a disciplina repensasse sua forma de produzir conhecimento acerca dos fenômenos políticos, levando-a, em determinado momento, a transitar do caráter ensaísta e filosófico para o dos dados e da formalização matemática (HINICH e MUNGER, 2003; LEWIS e STEINMO, 2007, 2012; SHEPSLE, 2006, 2010).

A transição para uma abordagem característica das ciências newtonianas fundamentou-se na necessidade de estabelecer de forma mais rigorosa a relação causal entre as variáveis empíricas na análise dos fenômenos políticos, em um contexto de pensamento mais amplo de causalidade (BOX-STEFFENSMEIER, BRADY e COLLIER, 2008). As análises anteriores, fundadas numa tradição historicista e filosófica (BAGEHOT, 2001; WILSON, 1963), careciam do rigor científico demandado para a institucionalização da ciência política não só como disciplina, mas também como uma comunidade científica reconhecida interna e externamente (pela sociedade e, especialmente, pelas autoridades de Estado). Destarte, o rigor teórico e metodológico se fazia premente para conferir maior legitimidade à nova ciência, o que, por sua vez, resultou tanto na rejeição do *modus operandi* do passado como no estabelecimento de um diálogo com outras ciências sociais que avançavam na formalização estatística – e, posteriormente, matemática – de suas pesquisas (EASTON, 1962; FARR, 1995).

Nesse sentido, do ponto de vista metodológico, o desenvolvimento da disciplina, ao longo do século XX, caracterizou-se pela transição do caráter ensaísta para uma postura formalista. O estado da arte na alvorada do novo século é de uma ciência marcada pela predominância de métodos quantitativos, na forma de modelos estatísticos e matemáticos (LENINE e MÖRSCHBÄCHER, 2019, 2020; LIMA, 2018; LIMA, MÖRSCHBÄCHER e PERES, 2018). Entretanto, apesar dessa migração metodológica ter ocorrido de maneira pensada e coordenada, ainda se faz necessária a reflexão acerca das questões metodológicas que envolvem os modelos estatísticos e matemáticos. Parte desse processo de reflexão perpassa o resgate da trajetória histórica das metodologias em ciência política.

Neste contexto, o presente artigo objetiva fornecer uma leitura histórica dos desenvolvimentos metodológicos da disciplina que a levaram ao atual status de predominância dos métodos quantitativos e de modelagem formal. Em larga medida, estou preocupado com a seguinte questão: como uma disciplina de tradição humanística transformou-se, ao longo do século XX, em uma ciência de caráter newtoniano? Evidentemente, a história da ciência da política pode ser narrada de distintas formas, de modo que a narrativa que apresento busca lançar luz sobre a gênese de perspectivas matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos políticos.

Esse processo possui uma natureza turbulenta, com questionamentos e críticas de diversas tradições epistemológicas e metodológicas na disciplina, ecoando em debates contemporâneos sobre hierarquias do conhecimento, expressas na forma como o conhecimento é produzido e por quem ele é produzido (LENINE e MÖRSCHBÄCHER, 2019, 2020).

O artigo está estruturado em quatro partes para além desta introdução e da conclusão. Essas quatro seções seguem uma construção cronológica da história da ciência política, orientando-se pelo eixo das metodologias formais e quantitativas. A primeira seção retoma os primeiros trabalhos de modelagem matemática de fenômenos políticos e a transição para os métodos quantitativos durante a Revolução Behaviorista. A segunda seção discute as anomalias apresentadas pelo behaviorismo e o surgimento da teoria da escolha racional na disciplina. Apresenta-se, em seguida, o debate proposto pelo neoinstitucionalismo nas suas duas grandes vertentes (institucionalismo da escolha racional e institucionalismo histórico) e, por fim, as novas fronteiras de pesquisas na interface com a psicologia cognitiva, sistemas complexos e economia comportamental.

DOS PRIMÓRDIOS DA FORMALIZAÇÃO À REVOLUÇÃO BEHAVIORISTA

A formalização da disciplina de ciência política antecede a sua própria consolidação como área de conhecimento dissociada da filosofia. Embora antes do século XX não se possa falar de um esforço coordenado de aprimoramento dos métodos formais de análise dos fenômenos políticos, alguns fenômenos foram alvo de atenção por parte de estudiosos de modelos matemáticos. Talvez o maior deles seja o Marquês de Condorcet, matemático e filósofo francês do século XVIII, embora antes dele Jean-Charles Borda (1733-1799) tenha dado profundas contribuições analíticas para o estudo da política.

Borda e Condorcet preocuparam-se especialmente com a questão das votações e dos processos decisórios, focando-se no estudo da regra da maioria. Em seus trabalhos e análises, Borda chegou à conclusão de que os processos decisórios fundados na regra supracitada poderiam levar a maioria a escolher alternativas equivocadas para uma determinada eleição¹. Sua principal preocupação residia no fato de que a preferência ótima não necessariamente representa o conjunto dos agentes de decisão, visto que ela desconsidera, pela regra da maioria, o ordenamento interno de todas as preferências existentes (HINICH e MUNGER, 2003)². Nesse sentido, Borda conclui que a regra da maioria poderia mascarar o contexto real das decisões, fazendo a preferência ótima parecer a única possível.

¹ Para esses autores, eleição refere-se a qualquer processo decisório em que se tenha que eleger entre diferentes opções.

² Um exemplo ilustrativo disso seria um processo em que um grupo de 25 pessoas tivesse que optar entre três políticas A, B e C. Supondo que 8 preferissem A, 7 preferissem B, e 10, C, esta última opção seria a escolhida pela regra da maioria. Porém, se aqueles que preferem A e B elencassem C como sua última preferência, haveria 15 pessoas que gostariam menos da eleição de C.

Condorcet, como contemporâneo de Borda, discordou do método de seu colega e propôs seu próprio modelo de resolução dos dilemas de eleições por regra da maioria. Reconhecendo que os processos decisórios, quando apresentam três ou mais alternativas, tendem a ser intransitivos³, Condorcet propôs critérios lógico-matemáticos para superar a intransitividade por meio da regra da maioria. Em seu “Essai sur l’application de l’analyse à la probabilité des décisions rendues à la pluralité des voix”, Condorcet (1785) elucida seu modelo, o que lhe rendeu a posição de um dos primeiros pensadores a trazer a modelagem matemática para dentro das ciências sociais. Evidentemente que, dado o caráter rudimentar da ciência da política à época, esse modelo não ultrapassou os limites da teoria dos conjuntos e da lógica, tampouco suplantou o ensaísmo, o debate filosófico e o historicismo predominantes no estudo da política.

É apenas no século XX que a ciência política adquire um caráter mais formal em suas análises. A tradição historicista e ensaísta ainda definia o modo de produção do conhecimento no começo do século, a ponto de alguns poucos empréstimos vindos da adolescente disciplina de economia passarem despercebidos (como o caso das discussões sobre ótimo de Pareto e distribuição de Pareto, modelos criados pelo polímata homônimo, Vilfredo Pareto) (ALMOND, 1998). Porém, a atmosfera da Era Progressista nos Estados Unidos da América demandava o abandono das abordagens eminentemente filosóficas (especialmente, as contratualistas) e clamava pela busca de uma ciência positiva da política (ROSS, 1990). Com o seu aprofundamento no começo do século e, principalmente, com a subsequente fundação da Associação Americana de Ciência Política (APSA) em 1903, o ideal de ciência positiva e newtoniana dominou a embrionária comunidade de cientistas políticos. Abria-se espaço para que o rigor científico se concretizasse na forma de métodos quantitativos e modelos formais de análise dos fenômenos políticos (FARR, 1995; GUNNELL, 2006).

Nesse contexto, percebe-se uma mudança do eixo da ciência política: antes dominada pelas produções europeias (especificamente, da França, da Alemanha e do Reino Unido), ela passou a girar em torno do cenário acadêmico norte-americano (MÖRSCHBÄCHER, 2014; PERES, 2008). O desenvolvimento metodológico mais notório ocorreu no contexto e no espaço acadêmico da Universidade de Chicago, sob a liderança de Charles Merriam (HEANEY e HANSEN, 2006).

A Escola de Chicago desenvolveu as principais abordagens metodológicas quantitativas que fundamentariam a posterior Revolução Behaviorista, com base na crença de que o genuíno aprimoramento do conhecimento político perpassaria o uso de modelos quantitativos (MERRIAM, 1921). Para tanto, a nascente ciência política precisaria dialogar com os programas de pesquisa de outras disciplinas que já se haviam orientado à perspectiva de maior rigor metodológico (especialmente a sociologia e a psicologia) (ALMOND, 1998). A janela de oportunidade para que essa proposta fosse levada adiante personificou-se em Merriam e no contexto do desenvolvimento econômico e da prosperidade vividos pela cidade de Chicago.

³ Transitividade refere-se a uma sequência coerente de preferências entre distintas alternativas: se A é preferível a B, e B a C, então A é necessariamente preferível a C. Processos intransitivos não respeitam esse ordenamento lógico. Para mais detalhes, ver Gintis (2009).

Merriam foi uma personalidade ímpar na ciência política estadunidense justamente por ter tido uma experiência no meio político. Esse fato, somado ao contexto dos períodos de guerra e entre-guerras, levaram-no a conceber o estudo da política como uma disciplina que demandava esforços metodológicos maiores e mais rigorosos. Não por acaso, foi sob seu comando que se criaram o Social Science Research Committee e o Social Science Research Council, demonstrações claras e evidentes da sua preocupação com a questão da pesquisa em ciências sociais (UTTER e LOCKHART, 2002). Porém, a sua grande contribuição para a ciência política e pela revolução científica que estava por vir foi em 1923, quando, conjuntamente com Harold Gosnell, realizou um estudo de atitudes eleitorais para as eleições para a prefeitura de Chicago naquele ano. A partir desse trabalho, surgiram novas pesquisas e novas formas de conduzir experimentos políticos, abrindo espaço para o surgimento do survey como recurso metodológico (ALMOND, 1998). Entretanto, mais que a definição de um método mais rigoroso de pesquisa, a Escola de Chicago cementou na política o enfoque no pensamento causal que pudesse ser testado por métodos quantitativos (BOX-STEFFENSMEIER, BRADY e COLLIER, 2008; KING, KEOHANE e VERBA, 2021).

DA REVOLUÇÃO BEHAVIORALISTA À TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL

Os trabalhos produzidos pela Escola de Chicago talvez tenham sido os mais emblemáticos para que se desencadeasse o que a literatura passou a definir como Revolução Behaviorista da ciência política. Ademais, por ter se tornado uma referência na formação dos cientistas políticos da época, muitos dos seus egressos acabaram por se tornar os responsáveis por liderar a supracitada revolução científica na academia de ciência política dos Estados Unidos (KIRKPATRICK, 1962).

A Revolução Behaviorista na disciplina tomou feições distintas da revolução análoga conduzida por Skinner na psicologia. Embora seu foco fosse no comportamento e na ação humanos, tal como na psicologia, a preocupação dos cientistas políticos não era de evidenciar leis determinísticas, mas de compreender a política por meio do comportamento humano (PERES, 2008). Neste sentido, o Behaviorismo (resultado da revolução) apresentou as seguintes características: 1. comportamento como objeto de análise; 2. uso rigoroso de métodos quantitativos advindos das ciências da natureza; 3. neutralidade axiológica da ciência política; 4. afastamento de valores morais na análise do fenômeno político; 5. ênfase na observação, na experimentação, na quantificação e na generalização; 6. interdisciplinaridade (KIRKPATRICK, 1962).

Foi precisamente na busca por maior cientificidade e no diálogo metodológico com as ciências naturais que a técnica de survey assumiu protagonismo nas pesquisas da Revolução Behaviorista. A literatura especializada divide a evolução da técnica em três períodos: o primeiro iria de 1930 a 1960 e caracterizou-se pela gênese do survey, pela sua validação como método estatístico capaz de converter dados qualitativos em quantitativos e pelo apoio do governo norte-americano e de empresas para a coleta de dados sobre temas políticos; o segundo teria se estendido de 1960 a 1990, caracterizando-se pela expansão da utilização dos surveys, pelo mapeamento das características culturais que condicionam o comportamento político e eleitoral dos

indivíduos, pela mensuração da opinião pública e pela criação e análise de bases de dados com o auxílio de computadores; finalmente, o terceiro período seria de 1990 até o presente momento, em que o survey tem passado por desafios metodológicos referentes à resolução de suas anomalias empíricas (CONVERSE, 2006; KIRKPATRICK, 1962).

Não é por acaso que, já nas décadas de 1940 e 1950, outras formas de se abordar os fenômenos políticos estavam em curso. A mais notória delas, e que teve impacto em todo o desenvolvimento subsequente da disciplina, veio na forma de um teorema na tese de doutorado de Kenneth Arrow (ARROW, 1963; UTTER e LOCKHART, 2002). Paralelamente aos estudos desenvolvidos por meio da técnica de surveys, outros cientistas políticos dedicaram-se a estudar o comportamento dos indivíduos no âmbito de processos decisórios. Sua preocupação era desenvolver uma teoria da ação humana fundada na ideia de racionalidade instrumental que permitisse compreender a lógica dos processos decisórios coletivos.

Nesse contexto, um intenso diálogo se estabeleceu com a economia neoclássica, na qual se desenvolviam estudos sobre a ação coletiva de indivíduos e de outros agentes (firmas, por exemplo). Baseando-se em uma literatura sobre microeconomia e racionalidade instrumental (GINTIS, 2009; NORTH, 1990; WILLIAMSON, 1985, 1995), economistas e cientistas políticos trouxeram os pressupostos e os modelos de análise de comportamento humano para dentro da disciplina como fórmula alternativa às pesquisas de survey. Esse empréstimo metodológico consistia em uma tradição teórica na economia⁴ denominada de teoria da escolha racional, justamente por se fundar nos aspectos estritamente racionais dos processos decisórios, quais sejam: preferências claras e transitivas, individualismo metodológico e crença probabilística nos instrumentos de ação racional (SHEPSLE, 2010). O Quadro 1 esquematiza essas premissas.

Quadro 1. Premissas da teoria da escolha racional

Premissa	Definição
Indivíduo	Constitui a unidade das análises da escolha racional.
Racionalidade instrumental	Consiste no comportamento de maximização, especificamente da utilidade (satisfação), valendo-se do instrumento mais adequado para tal.
Preferências	Os indivíduos possuem preferências claras acerca das alternativas de escolha que lhe são postas. A teoria não se preocupa com a formulação destas preferências.
Transitividade	O indivíduo é capaz de ordenar suas preferências de maneira lógica, de acordo com a utilidade esperada de cada uma delas.
Crença	Noção individual de probabilidade acerca da efetividade de um instrumento para se alcançar um objetivo.

Fonte: Elaboração própria.

⁴ Os economistas, segundo Shepsle (2010), tendem a ver a teoria da escolha racional como uma abordagem econômica para compreender a política. A despeito do pretense imperialismo teórico das Ciências Econômicas, essa abordagem tomou vida própria na disciplina de ciência política, adquirindo suas próprias epistemologias acerca da análise do fenômeno político. Evidentemente que se percebem os elementos teóricos originais, mas isso não significa que a teoria careça de sentido e de adaptações ao contexto da ciência política.

A episteme da teoria da escolha racional preocupa-se, em sua essência, com os pontos de equilíbrio que podem emergir das interações sociais. Segundo Ordeshook (1986, p. xiii apud GREEN e SHAPIRO, 1994, p. 24),

[...] um equilíbrio é uma predição, por uma circunstância pré-especificada, sobre as escolhas das pessoas e os resultados correspondentes. Esta predição geralmente toma a forma de “se o contexto institucional da escolha for... e as preferências das pessoas forem... então as únicas escolhas e os únicos resultados que poderão restar serão...”.

Nesse caso, o equilíbrio é o resultado fundamental a ser buscado na análise política, não só como ideal, mas também como forma de substituir a interpretação do contexto e as correlações estatísticas vis-à-vis a formulação de explicações dos fenômenos observados.

Evidentemente, tamanha pretensão de encontrar equilíbrios conduziu a teoria da escolha racional a sérias anomalias, sobretudo devido ao seu enfoque estrito nos agentes e seus comportamentos (DOWDING e KING, 1995; DOWDING, 1995). É precisamente nesse contexto de efervescência teórica, contestação das correntes principais do behaviorismo e busca incondicional por pontos de equilíbrio, que se inserem os trabalhos de Arrow e de seus sucessores.

O MERCADO ELEITORAL, O TEOREMA DA IMPOSSIBILIDADE, A AÇÃO COLETIVA E A VOLTA DAS INSTITUIÇÕES

A crise do behaviorismo na ciência política ocorreu em um período em que os estudos de economia política caminhavam para novas análises acerca dos problemas da democracia. Preocupações com o funcionamento do regime democrático, dos processos decisórios e da ação coletiva assumiram relevância na interface das duas disciplinas, e, por meio disso, uma série de empréstimos conceituais e metodológicos foi realizada objetivando esclarecer esses temas. Nesse cenário, alguns autores mereceram destaque pelas suas contribuições teóricas e metodológicas para a ciência política, seja porque forneceram novas interpretações sobre os fenômenos políticos, seja porque desenvolveram técnicas analíticas fundadas em modelagem matemática.

Partindo de modelos espaciais desenvolvidos por Harold Hotelling (1929), Anthony Downs (1999) elaborou uma abordagem mercadológica dos processos eleitorais. Baseando-se na teoria microeconômica neoclássica e na episteme da teoria da escolha racional, Downs analisa a disputa por votos pelos partidos políticos atribuindo a estes uma racionalidade, cujo objetivo seria a maximização do número de votos e a consequente vitória em uma eleição. Nessa óptica, a atitude racional dos partidos seria justamente de aproximarem-se dos seus consumidores (os eleitores) oferecendo-lhes os produtos desejados (políticas, especialmente as econômicas). Com essa abordagem, fundada nos pressupostos discutidos anteriormente no âmbito da teoria da escolha racional, Downs visava a conferir previsibilidade ao sistema político por meio do conceito de ação racional. Porém, ao tratar de sistema eleitoral e

sistema partidário, o referido autor já apontava para as instituições como elemento na explicação dos fenômenos políticos de seu interesse. O tratamento mercadológico conferido ao sistema político era, de certa forma, uma abordagem institucional, visto que foram consideradas regras de ação no argumento analítico.

O ocaso, porém, da visão estritamente comportamental da teoria da escolha racional veio da obra de Kenneth Arrow. A pesquisa de Arrow tornou-se um divisor de águas na ciência política como um todo, e na metodologia, em particular, por recorrer a argumentos matemáticos de modelagem distintos do instrumental estatístico característico do behaviorismo. Apoiando-se na tradição da teoria da escolha racional, Arrow demonstrou que não existe nenhum mecanismo decisório capaz de traduzir as preferências de indivíduos racionais em uma preferência coerente no nível do grupo e satisfazer simultaneamente às seguintes condições: 1. preferências completas e transitivas; 2. ótimo de Pareto; 3. independência de alternativas irrelevantes; 4. ausência de um ditador (ARROW, 1963; SHEPSLE, 2010). Segundo sua proposta, os processos decisórios, à luz dos pressupostos comportamentais dos agentes advogados pelo behaviorismo, tenderiam a ser cíclicos, redundando apenas em inação política.

A realidade política, porém, não aparentava estar condenada a esse mundo de paralisia decisória. Eleições seguiam ocorrendo, disputas entre partidos políticos eram visíveis, os poderes públicos funcionavam, assim como diversos outros fenômenos políticos que seriam impossíveis segundo o teorema de Arrow. Destarte, algum elemento deveria ter sido desconsiderado e seria ele justamente que responderia pelo funcionamento da política. Esse elemento materializou-se na forma de instituições, que seriam, naquele momento, as regras formais que constrangeriam a ação dos atores políticos em processos decisórios (DOWDING, 2017; SHEPSLE, 2006). A partir de então, iniciou-se a construção de um novo paradigma, cuja marca conceitual seria fundada nas instituições e cujo método tornar-se-ia marcadamente mais formalizado do ponto de vista matemático⁵.

No âmbito dessa revolução paradigmática, o primeiro grande trabalho na ciência política de facto foi o de William Riker. As suas obras *The theory of political coalitions* (1962) e *Liberalism against populism* (1982) não só trouxeram a questão institucional para a cena, como também a própria formalização matemática. Particularmente na segunda obra supracitada, Riker consolida um ramo do pensamento denominado de teoria da escolha social. Fundada na ideia de que o voto é o método pelo qual a participação política é processada, a teoria confronta as abordagens de Robert Dahl (e daqueles que se apoiaram em sua obra) no que tange à concepção de democracia.

⁵ Inclusive, nesse mesmo período, o matemático John Forbes Nash fez uma enorme contribuição para a metodologia de processos decisórios ao estabelecer a lógica dos jogos não-cooperativos. Os seus estudos permitiram verificar que havia mais complexidade por trás de uma decisão do que o comportamento individual isolado. O processo decisório, na visão de Nash, leva em consideração não só a estratégia que um indivíduo prefere frente a seu leque de estratégias, mas também a sua pertinência e eficiência frente às estratégias da coletividade. Com base nisso, Nash (1950, 1951) estabeleceu que uma situação de equilíbrio surge em um nível subótimo quando o indivíduo escolhe uma estratégia de ação levando em conta a estratégia da coletividade. A isso denomina-se equilíbrio de Nash, o que revolucionou as abordagens de teoria dos jogos. Dentro das linhas de pesquisa de instituições, tornou-se particularmente importante nos estudos sobre ação coletiva.

Riker aponta que Dahl não obteve sucesso em conectar os pressupostos lógicos de sua teoria democrática com a da escolha social, justamente por ignorar o voto – especificamente, os processos de votação – como o cerne dessa conexão. Na visão de Riker, o voto define o método da democracia e a caracteriza porque sua funcionalidade presume a existência de outras instituições de participação do eleitorado e expressão da vontade popular, tais como partidos políticos e grupos de pressão. Essa perspectiva transcende as divisões dahlsianas de democracia madisoniana e democracia populista, fundadas em concepções estritas do voto: para Riker, todas as democracias envolvem governo popular, equidade e limitação das ações do governo, não existindo uma divisão binária de mundo. Precisamente nesse contexto, ele recorre aos pressupostos e métodos da teoria da escolha racional para analisar as ligações entre justiça, democracia e voto, valendo-se do arranjo institucional para fornecer as explicações para o fenômeno político.

Diversas outras linhas de pesquisa despontaram nutrindo-se desse paradigma, dentre as quais uma de nomeado destaque foi a dos problemas de ação coletiva. Inspirado pela teoria microeconômica neoclássica e pela dos jogos, Mancur Olson (1971) desenvolveu uma teoria da ação dos grupos em processos de decisão coletiva. Seu ponto de partida é, de certa maneira, o teorema da impossibilidade de Arrow, uma vez que este versa sobre a problemática da decisão coletiva em um grupo de indivíduos racionais, mas sua problemática metodológica aproxima-se dos jogos de Nash. Na abordagem de Olson, o indivíduo racional que age em grupo não necessariamente se satisfaz com os benefícios comuns adquiridos pelo grupo, podendo desejar obter uma vantagem individual maior do que a da coletividade. Essa ideia, fundada essencialmente na lógica do “carona” da microeconomia, leva à consequência de que a ação coletiva só seria possível em grupos pequenos e coesos ou, sendo o grupo maior, havendo um subgrupo de pessoas que determinasse por coerção os rumos de toda a coletividade (condição do ditador de Arrow).

A proposta de Olson teve grandes repercussões na ciência política e, principalmente, na construção metodológica da disciplina. Os autores supracitados apoiaram-se em constructos teóricos e epistemológicos da economia neoclássica, o que, por sua vez, resultou no empréstimo de métodos formais para a análise dos fenômenos políticos. Precisamente com esses trabalhos, a ciência política do século XX passou a incorporar modelos matemáticos para analisar os fenômenos políticos. Isso se tornou mais evidente e recorrente a partir do momento em que as instituições passaram a integrar as análises como forma de resolver as anomalias empíricas encontradas nas abordagens teóricas focadas estritamente no comportamento dos agentes (como já ressaltado, o descompasso entre o que propunha a teoria e o que se observava na realidade). Com as instituições, surge uma nova onda de trabalhos com abordagens transversas da política, em que se percebem elementos institucionais e da escolha racional. São representativos dessa nova leva de autores William Riker e Peter Ordeshook (1968), James Buchanan e Gordon Tullock (2004), que escreveram sobre escolha racional, cálculos decisórios e teoria das coalizões; Anatol Rapoport (1966), John Nash (1950, 1951), Robert Axelrod (1984) e Herbert Gintis (2009), sobre teoria dos jogos e modelos baseados em agentes para estudos de cooperação e processos decisórios; Elinor Ostrom (1990, 2005), sobre bens comuns e ação coletiva; Graham Allison (1971), sobre processos decisórios em situações de crise em relações

internacionais; e Acemoglu e Robinson (2006) e Tsebelis (2009), sobre dinâmicas institucionais e decisórias.

O desenvolvimento teórico da escolha racional seguiu a crença do rigor conceitual e metodológico tão caro ao conhecimento científico. Sua ascensão, como visto, baseou-se em modelos distintos do survey – característico do movimento inicial do behaviorismo –, modelos esses que se aproximaram de outras áreas da Matemática para além da Estatística. Os empréstimos metodológicos tomados da economia neoclássica trouxeram consigo instrumentais voltados para a construção de funções de utilidade, a partir das quais seria possível localizar os pontos de equilíbrio na interação entre agentes e conferir um caráter preditivo às análises em tela. Evidentemente, nesse âmbito desenvolveram-se e aprofundaram-se os instrumentos típicos da área de probabilidade, principalmente à medida que os modelos se tornaram mais complexos, demandando análises de distintos cenários probabilísticos. Particularmente, os avanços obtidos no ramo da probabilidade bayesiana foram de extrema utilidade para o aperfeiçoamento não só dos modelos de inferência estatística, mas também de processos decisórios (MARTIN, 2008).

A CIÊNCIA POLÍTICA HOJE: A VOLTA DAS INSTITUIÇÕES, A VIRADA COGNITIVA E A COMPLEXIDADE EM CENA

A construção da disciplina ao longo das últimas décadas do século XX alicerçou-se nas novas questões oriundas das anomalias empíricas do behaviorismo e da teoria da escolha racional e, metodologicamente, na formalização matemática das análises políticas (AXELROD, 1997; AXELROD e COHEN, 2000; BOX-STEFFENSMEIER, BRADY e COLLIER, 2008; HINICH e MUNGER, 2003; GEDDES, 2003; TSEBELIS, 1990, 2009). O novo paradigma neoinstitucional, mesmo não substituindo o paradigma behaviorista, adquiriu enorme peso na ciência política graças ao ressurgimento das instituições (ALMOND, 1998; DRYZEK, 2006; FARR, 1995; PERES, 2008).

O neoinstitucionalismo, entretanto, não assumiu uma única versão e sua história está longe de apontar para um consenso ontológico, epistemológico e/ou metodológico na disciplina. Seguindo a classificação tradicional dos institucionalismos, é possível verificar que coexistem duas grandes correntes⁶: institucionalismo da escolha racional (ou simplesmente institucionalismo racional) e institucionalismo histórico. O primeiro tornou-se uma extensão mais aprofundada das pesquisas da escolha racional que contemplavam as instituições, como abordado na seção anterior. O segundo, por sua vez, retomou o tom historicista de outrora, porém ressignificando-

⁶ A tipologia mais recorrente nos textos de ciência política é a de Hall e Taylor (2003), que classificam em três os institucionalismos, quais sejam: institucionalismo da escolha racional, institucionalismo histórico e institucionalismo sociológico. Este último, porém, está numa zona de interface com a sociologia, apresentando métodos, conceitos e abordagens mais próximas desta disciplina do que da ciência política. Ademais, no âmbito da teoria política positiva, os esforços de teorização foram mais marcantes no âmbito dos dois outros institucionalismos do que no sociológico. Por tal razão, optou-se por esta divisão binária no presente texto.

o com elementos conceituais do institucionalismo racional, dentre os quais o de maior destaque é o de racionalidade (THELEN e STEINMO, 1992; THELEN, 1999).

A história do institucionalismo histórico remonta aos trabalhos de Theda Skocpol (1985) e a um movimento que se opunha ao behaviorismo e, em certa medida, ao institucionalismo racional. No princípio deste movimento, não se podia falar de uma teoria institucional completamente definida, e, por tal razão, as obras que tratavam de instituições assumiram um papel eminentemente sociológico (SKOCPOL, 1985, 2003) e comparativista (GOLDSTONE, 2003; MAHONEY e RUESCHEMEYER, 2003). Nessa tradição, as instituições são entendidas como normas sociais e cognitivas que oferecem os padrões e os constrangimentos à ação humana (HALL e TAYLOR, 2003).

O tratamento sociológico dado inicialmente às instituições, porém, parece haver sido mais bem adaptado pelo institucionalismo histórico. A própria linguagem da corrente histórica e suas técnicas de análise mais preocupadas com narrativas históricas conferem uma certa consistência e coerência aos estudos sociológicos em comparação com as análises de escolha racional, mais preocupadas com formalizações matemáticas e espaciais (SHEPSLE, 2010; THELEN, 1999). Entretanto, essa herança não se processou sem algumas redefinições conceituais, conflitos entre correntes e delimitação das técnicas de pesquisa. O estabelecimento do institucionalismo histórico como uma entidade com vida própria deve ser entendido como um processo de diferenciação e sofisticação de sua análise, o que aconteceu ao longo da década de 1990 e da primeira década do século XXI.

Os estudos iniciais de Kathleen Thelen e Sven Steinmo (1992) sobre as origens e trajetórias do neoinstitucionalismo reconhecem pontos de conexão não só com a tradição sociológica, mas também com a teoria da escolha racional e com sua vertente institucional. Para esses autores, um conceito fundamental que alicerça as duas abordagens é o da racionalidade dos atores, ou, mais precisamente, o fato de os agentes humanos serem dotados de razão. A diferença, porém, que se percebe entre a abordagem mais voltada para a história é que ela busca contextualizar os elementos que sustentam essa racionalidade, compreendendo como as preferências dos atores são formadas e como as escolhas são processadas no ambiente institucional em que eles se encontram (algo que o institucionalismo racional toma como exógeno e dado no modelo). Ao fazerem isso, os autores propõem uma nova agenda de pesquisa, capaz de posicionar a história nas análises de forma a compreender como se dá o desenvolvimento das instituições.

Esse estudo é um marco porque ofereceu as bases para todas as pesquisas subsequentes no institucionalismo histórico. Enquanto os estudos de Skocpol (1985) e de North (1990) – duas das grandes referências nos estudos institucionalistas – ainda se embasavam em marcos teóricos de outras disciplinas (sociologia e economia, respectivamente), o esforço de Thelen e Steinmo (1992) contribuiu para o desenvolvimento de uma nova agenda não só de pesquisa empírica, mas também de teorização. Nesse sentido, alguns outros autores são de suma importância pela sua contribuição na delimitação do escopo da teoria e dos mecanismos e técnicas de análise dos fenômenos institucionais.

No que se refere aos conceitos do institucionalismo histórico, Pierson (2003, 2004) contribuiu com a pesquisa dessa corrente teórica apresentando ferramentas analíticas para a construção de estudos de caso e análises históricas comparadas. Para ele, os processos históricos são idiossincráticos, ocorrendo em diferentes horizontes temporais de causalidade e de efeitos. Por tal razão, os mecanismos que Pierson propõe destrincham os processos em pedaços, de forma a compreender como eles se relacionam entre si. Em vez de considerar que um processo *x* leva a um resultado *y*, Pierson percebe que entre um ponto e outro pode haver outros processos que precisam acontecer, acumular-se, concentrar-se antes de que o resultado seja produzido. Nesse sentido, a narrativa histórica assume um papel mais analítico, em que cada fio assume um papel no conjunto do tecido da história. Ademais, Pierson também contribui com o esforço teórico ao trazer a ideia de feedback positivo para a compreensão da dependência da trajetória.

O ápice de formulação teórica, com a unificação dos conceitos supracitados, ocorre com os trabalhos de Streeck e Thelen (2005) e Mahoney e Thelen (2010). Sua inovação consiste em chamar atenção para o papel dos agentes como fomentadores da mudança institucional. Até então, os agentes humanos eram desconsiderados nas análises, vez que estas se preocupavam com a compreensão dos processos históricos das estruturas institucionais. A partir da obra de Thelen (2004), a atenção se volta para a agência humana, e o esforço que culmina na obra de Mahoney e Thelen (2010) é de uma teoria que abarca os constrangimentos estruturais e os agentes simultaneamente.

A literatura do institucionalismo histórico, todavia, está longe de ser uma alternativa ao institucionalismo racional, seja pelas suas dificuldades em estabelecer uma agenda concreta de implementação de teoria e empiria, seja por não mobilizar os métodos de pesquisa mais apreciados pelas principais revistas de ciência política. Evidentemente, sua importância para a disciplina não deve ser menosprezada, visto que os conceitos de temporalidade (PIERSON, 2000, 2003, 2004), agência humana (MAHONEY e THELEN, 2010; THELEN, 2003, 2004) e path dependence (MAHONEY e RUESCHEMEYER, 2003; NORTH, 2005; THELEN, 1999) proporcionaram uma nova visão dos fenômenos políticos e trouxeram à tona a necessidade de se levar em conta os contextos nos quais a política se realiza. O Quadro 2, a seguir, sintetiza os principais elementos das duas correntes do paradigma neoinstitucionalista.

Quadro 2. Correntes do neoinstitucionalismo

Elementos	Institucionalismo Racional	Institucionalismo Histórico
Instituições	Regras formais.	Procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais inerentes à estrutura organizacional da comunidade política que persistem no tempo.
Função das instituições	Resolver problemas de ação coletiva (cálculo estratégico).	Afetam os interesses dos indivíduos e sua posição no arranjo institucional.
Razão	Racionalidade instrumental desprovida de contexto.	Racionalidade instrumental dentro de um contexto histórico.
Agência humana	Orientada à maximização da utilidade (busca do ótimo).	Orientada à satisfação do agente no arranjo institucional.
Conceitos-chave	Preferências, transitividade, ótimo de Pareto, equilíbrio de Nash.	Path dependence, temporalidade, feedback positivo, sequência de eventos.
Formulação de hipóteses	Surgem de caso destoante da teoria geral.	Parte de problemas empíricos.

Fonte: Elaboração própria.

Não por acaso, no começo do século XXI, as correntes institucionais têm produzido um intenso diálogo metodológico que aponta para a incorporação da temporalidade nos modelos formais, por um lado, e para o recurso a modelos estatísticos e matemáticos em análises de cunho historicista, por outro (BATES et al., 1998; MAHONEY e THELEN, 2010; SHEPSLE, 2006). Esse desafio tem levado a interações com outras disciplinas – nomeadamente a Biologia (BOCHMANN, 2011; LEWIS e STEINMO, 2012; HODGSON, 2002, 2005), a Computação (AXELROD, 1997; MARCHI e PAGE, 2008) e as Neurociências (MASTERS, 1990, 2001; HIBBING e SMITH, 2007) – na busca por recursos conceituais e epistemológicos para abarcar a imensa complexidade dos fenômenos políticos.

Essa demanda pela incorporação da complexidade na análise política apresenta-se hoje como a vanguarda da metodologia em ciência política. Embora as teorias historicamente predominantes compreendam o mundo político como complexo, as abordagens metodológicas às quais elas recorrem carecem dos recursos necessários para conferir sentido a tal complexidade, sejam essas abordagens matemáticas e/ou estatísticas, sejam fundadas em narrativas históricas e sociológicas. Destarte, um novo campo de pesquisa dedica-se a criar e utilizar métodos mais sofisticados, capazes de captar a intrincada dinâmica da realidade sem se abster de apresentar diagnósticos acerca dos fenômenos políticos.

Essa linha de investigação parte do conceito de que a realidade é composta por sistemas complexos, os quais se caracterizam pela forte interação entre suas partes

componentes – independentemente de um controle central – e do feedback em termos das ações de cada parte e seus impactos umas nas outras e no todo (FURTADO, SAKOWSKI e TÓVOLLI, 2015). Os sistemas, portanto, são complexos porque eles aprendem com suas próprias ações e interações e, a partir disso, adaptam-se, ajustam-se e evoluem. Não por acaso, duas novas correntes teóricas que se têm devotado a fornecer o substrato metateórico para os métodos que vêm surgindo no âmbito dos estudos de sistemas complexos são o institucionalismo evolucionário (BOCHMANN, 2011; HODGSON, 2002, 2005, 2007; LEWIS e STEINMO, 2007, 2012; LUSTICK, 2009, 2011; STEINMO, 2010) e a economia comportamental (CARTWRIGHT, 2018; GINTIS, 2009; THALER e SUNSTEIN, 2019). Em linhas gerais, o institucionalismo evolucionário percebe o mundo político como um ecossistema em que os agentes interagem em termos de cooperação e conflito frente às injunções impostas pelo ambiente em que estão imediatamente imersos. Nesse sentido, as suas relações retroalimentam-se com base nas percepções e nos constrangimentos impostos uns pelos outros e pelo espaço ambiental em que estão inseridos, espaço este composto por outros agentes e instituições das mais variadas. Já a economia comportamental combina elementos da economia e da psicologia cognitiva para compreender como as pessoas se comportam na complexidade do mundo real. Seus modelos comportam diversos elementos dos estudos psicológicos cognitivos (GIGERENZER, 2008; KAHNEMAN, 2012; SLOVIC, 1995; KAHNEMAN e TVERSKY, 2000), bem como os modelos de jogos evolucionários (GINTIS e HELBING, 2015; SKYRMS, 2004).

CONCLUSÃO

O desenvolvimento da disciplina de ciência política é permeado por profundos debates sobre a natureza da política e as formas de produzir conhecimento sobre ela. Se, no começo do século passado, a tradição ditava o recurso às palavras dos ensaios filosóficos, hoje a produção intelectual da disciplina é eivada de números, modelos matemáticos e testes estatísticos.

Ao longo do artigo, recuperei a história da ciência política a partir dos desenvolvimentos teóricos e metodológicos, tomando como eixo central o processo de quantificação e formalização matemática da disciplina. Passadas duas décadas do século XXI, esses processos históricos desenharam a imagem dessa ciência a tal ponto que os debates metodológicos ainda contrapõem questões de formalização e quantificação a abordagens hermenêuticas e historicistas. Movimentos recentes como Perestroika e Data Access and Research Transparency (DA-RT) apenas atestam esse contencioso, que se reflete não só nas escolhas metodológicas como também na diversidade de agentes na academia de ciência política e nas preferências por temas e teorias.

Independentemente dessas disputas, é fundamental ressaltar que o recurso à quantificação e formalização não foi fortuito. Não só foi esse um passo essencial para a consolidação da ciência política como ciência, como também os instrumentos teóricos e metodológicos fornecidos pela adoção de métodos estatísticos e modelos formais avançaram a capacidade de incorporar a complexidade dos fenômenos

políticos nas investigações acadêmicas. Em larga medida, as compreensões que hoje temos sobre fenômenos complexos como cooperação, ação coletiva, comportamento decisório, incentivos e constrangimentos institucionais resultam da formalização quantitativa e matemática da disciplina. Nesse sentido, os avanços que ora se observam na integração da história, temporalidade, cognição e complexidade constituem mais um capítulo no desenvolvimento histórico da ciência política. Cabe-nos agora escrevê-lo conscientes do passado e com vistas à compreensão de um mundo político cada vez mais complexo.

SOBRE O AUTOR

Enzo Lenine: Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia. Atua em diversas linhas de pesquisa, tais como: teoria da escolha racional e modelagem matemática, filosofia das ciências sociais, feminismo nas relações internacionais, hierarquias de conhecimento e metodologia, segurança internacional. Possui mais de 30 artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, tais como *International Political Science Review*, *Perspectives on Politics*, *Rationality and Society*, *Revista Brasileira de Ciência Política*, *Dados*, *Cadernos Pagu*, entre outros.

REFERÊNCIAS

1. ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. *Economic origins of dictatorship and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
2. ALLISON, Graham. *Essence of decision: explaining the Cuban missile crisis*. HarperCollins Publishers, 1971.
3. ALMOND, Gabriel A. A. Political science: the history of the discipline. In: GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (Orgs.). *A new handbook of political science*. Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 50–96.
4. ARROW, Kenneth J. *Social choice and individual values*. New Haven: Yale University Press, 1963.
5. AXELROD, Robert. *The complexity of cooperation: agent-based models of competition and collaboration*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
6. AXELROD, Robert. *The evolution of cooperation*. New York: Basic Books, 1984.
7. AXELROD, Robert.; COHEN, Michael D. *Harnessing complexity*. New York: Basic Books, 2000.
8. BAGEHOT, Walter. *The English Constitution*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
9. BATES, Robert H. et al. *Analytic narratives*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
10. BOCHMANN, Cathleen. Evolutionary institutionalism – evolutionary concepts in institutional analysis. In: EUROPEAN CONSORTIUM FOR POLITICAL RESEARCH, 2011. *Proceedings of the ECPR: General Conference*. Panel Biology and Political Science. Reykjavik, 27 ago. 2011.
11. BOX-STEFFENSMEIER, Janet M.; BRADY, Henry E.; COLLIER, David. Political science methodology. In: BOX-STEFFENSMEIER, Janet M.; BRADY, Henry E.; COLLIER, David (Orgs.). *The Oxford handbook of political methodology*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 03–31.
12. BUCHANAN, James M.; TULLOCK, Gordon. *The calculus of consent: the logical foundations of constitutional democracy*. Indianapolis: Liberty Fund Publishers, 2004.
13. CARTWRIGHT, Edward. *Behavioral economics*. 3. ed. Londres: Routledge, 2018.
14. CONDORCET, Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat. *Essai sur l'application de l'analyse à la probabilité des décisions rendues à la pluralité des voix*. Paris: L'Imprimerie Royale, 1785.
15. CONVERSE, Philip E. Researching electoral politics. *American Political Science Review*, v. 100, n. 3, p. 605–612, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003055406062484>
16. DOWDING, Keith. *Power, luck and freedom: collected essays*. Manchester: Manchester University Press, 2017.
17. DOWDING, Keith. Interpreting formal coalition theory. In: DOWDING, Keith; KING, Desmond (Orgs.). *Preferences, institutions, and rational choice*. Oxford: Clarendon Press, 1995. p. 43–59.
18. DOWDING, Keith; KING, Desmond. Introduction. In: DOWDING, Keith; KING, Desmond (Orgs.). *Preferences, institutions, and rational choice*. Oxford: Clarendon Press, 1995. p. 1–19.
19. DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EdUSP, 1999.

20. DRYZEK, John S. Revolutions without enemies: key transformations in Political Science. *American Political Science Review*, v. 100, n. 4, p. 487–492, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27644374>. Acesso em: 18 ago. 2024.
21. EASTON, David. Introduction: the current meaning of “behavioralism” in political science. In: CHARLESWORTH, James C. (Orgs.). *The limits of behavioralism in political science*. Philadelphia: The American Academy of Political Science, 1962. p. 1–25.
22. FARR, James. Remembering the revolution: behavioralism in American political science. In: FARR, James; DRYZEK, John S.; LEONARD, Stephen T. (Orgs.). *Political science in history: research programs and political traditions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 198–224.
23. FURTADO, Bernardo Alves; SAKOWSKI, Patrícia A. M.; TÓVOLI, Marina H. Abordagens de sistemas complexos para políticas públicas. In: FURTADO, Bernardo Alves; SAKOWSKI, Patrícia A. M.; TÓVOLI, Marina H. (Orgs.). *Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2015. p. 21–41.
24. GEDDES, Barbara. *Paradigms and sand castles*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2003.
25. GIGERENZER, Gerd. *Rationality for mortals: how people cope with uncertainty*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
26. GINTIS, Herbert. *Game theory evolving*. New Jersey: Princeton University Press, 2009.
27. GINTIS, Herbert; HELBING, Dirk. Homo socialis: an analytical core for sociological theory. *Review of Behavioural Economics*, v. 2, p. 1–59, 2015. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=31f608b062d1ef80ef89170df8edccea4d8571d8>. Acesso em: 18 ago. 2024.
28. GOLDSTONE, Jack A. Comparative historical analysis and knowledge accumulation in the study of revolutions. In: MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich (Eds.). *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 41–90.
29. GOODING, Robert; KLINGEMANN, Hans-Dieter. Political science: the discipline. In: GOODING, Robert; KLINGEMANN, Hans-Dieter (Orgs.). *A new handbook of political science*. Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 3–49.
30. GREEN, Donald P.; SHAPIRO, Ian. *Pathologies of rational choice theory*. New Haven: Yale University Press, 1994.
31. GUNNELL, John G. The founding of the American Political Science Association: discipline, profession, political theory, and politics. *The American Political Science Review*, v. 100, n. 4, p. 479–486, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003055406062320>
32. HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, v. 58, p. 193–22, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>
33. HEANEY, Michael T.; HANSEN, John M. Building the Chicago School. *American Political Science Review*, v. 100, n. 4, p. 589–596, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003055406062460>
34. HIBBING, John R.; SMITH, Kevin B. The biology of political behavior: an introduction. *Annals of the American Academy of Political Science*, v. 614, p. 6–14, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002716207305471>
35. HINICH, Melvin J.; MUNGER, Michael C. *Teoría analítica de la política*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.
36. HODGSON, Geoffrey M. Institutions and individuals: interaction and evolution. *Organization Studies*, v. 28, n. 95, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1177/0170840607067832>
37. HODGSON, Geoffrey M. Generalizing Darwinism to social evolution: some early attempts. *Journal of Economic Issues*, v. 34, n. 4, p. 899–914, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4228199>. Acesso em: 18 ago. 2024.
38. HODGSON, Geoffrey M. The evolution of institutions: an agenda for future theoretical research. *Constitutional Political Economy*, v. 13, p. 111–127, 2002. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1015301101712>. Acesso em: 18 ago. 2024.
39. HOTELLING, Harold. Stability in competition. *Economic Journal*, v. 3, n. 153, p. 41–57, 1929. DOI: <https://doi.org/10.2307/2224214>
40. KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
41. KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. *Choices, values, and frames*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
42. KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sydney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press, 2021.
43. KIRKPATRICK, Evron M. The impact of the behavioral approach on traditional political science. In: RANNEY, Austin (Org.). *Essays on the behavioral study of politics*. Urbana: University of Illinois Press, 1962. p. 1–30.

44. LENINE, Enzo; MÖRSCHBÄCHER, Melina. Pesquisa bibliométrica e hierarquias do conhecimento em ciência política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 31, p. 123-160, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220203104>
45. LENINE, Enzo; MÖRSCHBÄCHER, Melina. La iniciativa DA-RT en la ciencia política estadounidense: discursos acerca de una política de transparencia y acceso a datos. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. 64, n. 235, p. 109-138, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22201/fcpys.2448492xe.2019.235.63168>
46. LEWIS, Orion; STEINMO, Sven. How institutions evolve: evolutionary theory and institutional change. *Polity*, v. 44, n. 3, p. 314-339, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1057/pol.2012.10>
47. LEWIS, Orion; STEINMO, Sven. *Taking evolution seriously*. University of Oslo, 2007. (Working Papers, n. 19). Disponível em: https://www.sv.uio.no/arena/english/research/publications/arena-working-papers/2001-2010/2007/wp07_19.pdf. Acesso em: 29 dez. 2022.
48. LIMA, Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira. Críticas à teoria da escolha racional e hierarquias de conhecimento na ciência política. *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, n. 85, p. 77-103, 2018. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/445>. Acesso em: 18 ago. 2024.
49. LIMA, Enzo; MÖRSCHBÄCHER, Melina; PERES, Paulo. Three decades of the International Political Science Review (IPSR): a map of the methodological preferences in IPSR articles. *International Political Science Review*, v. 39, n. 5, p. 679-689, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0192512118755596>
50. LUSTICK, Ian S. Taking evolution seriously: historical institutionalism and evolutionary theory. *Polity*, v. 43, n. 2, p. 179-209, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1057/pol.2010.26>
51. LUSTICK, Ian S. Historical institutionalism and evolutions: tropes without theory. In: AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION ANNUAL MEETING, 2009. *Anais da American Political Science Association Annual Meeting*. Toronto, 2009.
52. MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. Comparative historical analysis: achievements and agendas. In: MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich (Orgs.). *Comparative historical analysis in social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 3-40.
53. MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. A theory of gradual institutional change. In: MAHONEY, James; THELEN, Kathleen (Orgs.). *Explaining institutional change: ambiguity, agency and power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 1-37.
54. MARCHI, Scott de; PAGE, Scott E. Agent-based modeling. In: BOX-STEFFENSMEIER, Janet M.; BRADY, Henry E.; COLLIER, David (Orgs.). *The Oxford handbook of political methodology*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 71-94.
55. MARTIN, Andrew D. Bayesian analysis. In: BOX-STEFFENSMEIER, Janet M.; BRADY, Henry E.; COLLIER, David (Orgs.). *The Oxford handbook of political methodology*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 494-510.
56. MASTERS, Roger D. Biology and politics: linking nature and nurture. *Annual Review of Political Science*, v. 4, p. 345-369, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.4.1.345>
57. MASTERS, Roger D. Evolutionary biology and political theory. *American Political Science Review*, v. 84, n. 1, p. 195-210, 1990. DOI: <https://doi.org/10.2307/1963637>
58. MERRIAM, Charles E. The present state of the study of politics – presidential address. *American Political Science Review*, v. 15, n. 1, p. 173-185, 1921. DOI: <https://doi.org/10.2307/1944081>
59. MÖRSCHBÄCHER, Melina. *A ciência política norte-americana e o comportamentalismo: uma análise dos discursos presidenciais da American Political Science Association*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
60. NASH, John F. Non-cooperative games. *Annals of Mathematics*, v. 54, n. 2, p. 286-295, 1951. DOI: <https://doi.org/10.2307/1969529>
61. NASH, John F. The bargaining problem. *Journal of the Econometric Society*, v. 18, n. 2, p. 155-162, 1950. DOI: [https://doi.org/0012-9682\(195004\)18:2%3C155:TBP%3E2.0.CO;2-H](https://doi.org/0012-9682(195004)18:2%3C155:TBP%3E2.0.CO;2-H)
62. NORTH, Douglass C. *Understanding the process of economic change*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
63. NORTH, Douglass C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
64. OLSON, Mancur. *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

65. OSTROM, Elinor. *Understanding institutional diversity*. New Jersey: Princeton University Press, 2005.
66. OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
67. PERES, Paulo S. Comportamento ou instituições: a evolução histórica do neo-institucionalismo da Ciência Política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, p. 54-71, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000300005>
68. PIERSON, Paul. *Politics in time*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
69. PIERSON, Paul. Big, slow-moving and... invisible. In: MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. *Comparative historical analysis in social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 177-207.
- ~~70.~~ PIERSON, Paul. Increasing returns, path dependence, and the study of politics. *American Political Science Review*, v. 94, n. 2, p. 251-267, 2000. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/increasing-returns-path-dependence-and-the-study-of-politics/AC2137B913363E33D97FC5CEC17CC75D>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- ~~71.~~ RAPOPORT, Anatol. *Two-person game theory*. Mineola: Dover Publishers, 1966.
72. RIKER, William; ORDESHOOK, Peter C. A theory of the calculus of voting. *American Political Science Review*, v. 62, n. 1, p. 25-42, 1968. DOI: <https://doi.org/10.2307/1953324>
73. ROSS, Dorothy. *The origins of American social science*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
74. SHEPSLE, Kenneth A. *Analyzing politics*. London: Norton & Company Publisher, 2010.
75. SHEPSLE, Kenneth A. Rational choice institutionalism. In: BINDER, Sarah A.; RHODES, R. A. W.; ROCKMAN, Bert A. (Orgs.). *The Oxford handbook of political institutions*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 23-38.
- ~~76.~~ SKOCPOL, Theda. Doubly engaged social science. In: MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich (Orgs.). *Comparative historical analysis in social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 407-429.
77. SKOCPOL, Theda. Bringing the State back in: strategies of analysis in current research. In: EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Orgs.). *Bringing the State back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 3-43.
78. SKYRMS, Brian. *The stag hunt and the evolution of social structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
79. SLOVIC, Paul. The construction of preference. *American Psychologist*, v. 50, n. 5, p. 364-371, 1995. DOI: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0003-066X.50.5.364>
80. SOMIT, Alber; TANNENHAUS, Joseph. *The development of American political science: from Burgess to Behavioralism*. Boston: Allynand Bacon, 1976.
81. STEINMO, Sven. *The evolution of modern states: Sweden, Japan and the United States*. New York: Cambridge University Press, 2010.
82. STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen. Introduction: institutional change in advanced political economies. In: STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen (Orgs.). *Beyond continuity: institutional change in advanced political economies*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 1-39.
83. THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R. *Nudge*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
84. THELEN, Kathleen. *How institutions evolve: the political economy of skills in Germany, Britain, the United States, and Japan*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
85. THELEN, Kathleen. How institutions evolve. In: MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich (Orgs.). *Comparative historical analysis in social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 208-240.
86. THELEN, Kathleen. Historical institutionalism in comparative politics. *Annual Review of Political Science*, v. 2, p. 369-404, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.2.1.369>
87. THELEN, Kathleen; STEINMO, Sven. Historical institutionalism in comparative politics. In: STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen; LONGSTRETH, Frank (Orgs.). *Structuring politics: historical institutionalism in comparative politics*. Cambridge: Cambridge University, 1992. p. 1-32.
88. TSEBELIS, George. *Atores com poder de veto*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
89. TSEBELIS, George. *Nested games: rational choice in comparative politics*. Berkeley: University of California Press, 1990.
90. UTTER, Glenn H.; LOCKHART, Charles. *American political scientists: a dictionary*. Westport: Greenwood, 2002.

91. WILLIAMSON, Oliver E. Hierarchies, markets and power in the economy: an economic perspective. *Industrial and Corporate Change*, v. 4, n. 1, p. 21-49, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1093/icc/4.1.21>
92. WILLIAMSON, Oliver E. *The economic institutions of capitalism*. Nova Iorque: Free Press, 1985.
93. WILSON, Woodrow. *Governo constitucional nos Estados Unidos*. São Paulo: Ibrasa, 1963.

Submissão em 12 de junho de 2023.

Aceito em 06 de novembro de 2023.

